

**Significados da violência na velhice:
narrativas e a autopercepção de idosos
participantes em um centro de convivência
no município de São Paulo (SP)**

*Meanings of violence in old age: narratives and self-
perception of elderly participants in a community center in
São Paulo (SP)*

Ludgleydson F. Araújo
Henrique Salmazo da Silva

RESUMO: O objetivo desse estudo foi identificar e descrever os significados da violência e maus-tratos contra a pessoa idosa entre seis participantes de um grupo de convivência do município de São Paulo/SP, bem como identificar o conhecimento dos mesmos sobre as disposições do estatuto do idoso a respeito da violência e abandono na velhice. A pesquisa foi composta por entrevistas semi-estruturadas, com questões abertas e analisadas qualitativamente. A descrição dos casos de violência incluiu questões como: a falta de respeito nos transportes públicos; os casos noticiados pela mídia; e os conflitos familiares. Embora os participantes tenham reconhecido as sanções penais previstas no Estatuto do Idoso, mencionaram a necessidade de reconhecer o idoso como um sujeito de direitos e deveres para a formulação de políticas públicas e de assistência, assegurando a autonomia e a capacidade de decisão do idoso.

Palavras-chave: Idoso; Violência; Autonomia.

ABSTRACT: *The aim of this study was to identify and describe the meaning of violence and abuse against older adults from six participants in a senior centers of São Paulo/SP, as well as identify their knowledge about the provisions of the elderly statute regarding violence and neglect in old age. The research consisted of semi-structured interviews with open questions. The questions was qualitatively analyzed. The description of cases of violence included the lack of respect in the public transport, the cases reported in the media and family conflicts. Although participants have acknowledged the penalties contained in the elderly statute, they mentioned the need to recognize the elderly as a subject of rights for public policies and assistance, ensuring the autonomy and empowerment of older adults.*

Keywords: *Older Adults; Violence; Autonomy.*

Introdução

A violência contra a pessoa idosa é descrita na literatura como um fenômeno universal e possui manifestações sociais, físicas, sexuais, emocionais e financeiras. (Espíndola & Blay, 2007; Gondim & Costa, 2006; Machado & Queiroz, 2006; Menezes, 1999; Minayo, 2003; O’Conner e Rowe, 2005; Sanches; Lebrão & Duarte (2008); WHO, 2002). A World Health Organization (2002) define a violência contra o idoso como “*um ato de cometimento ou o omissão, que pode ser tanto intencional ou involuntário e que causa danos e angústia à pessoa idosa*”.

O’Connor e Rowe (2005), em revisão de literatura, descrevem que a temática da violência contra o idoso começou a ser discutida na década de 1970, mas, no entanto, é pouco estudada. Os autores identificaram que a prevalência de atos de violência contra os idosos do Reino Unido gira em torno de 500.000 casos/ano. Dos casos documentados, 90% dos maus-tratos ocorrem nos lares e 2/3 dos agressores são filhos, cônjuges e familiares das vítimas. (Sanches *et al.*, 2008; Kleinschmidt, 1997; Minayo, 2003). O grupo de idosos com maior risco para os casos de maus-tratos e abuso seria composto por idosos com idade igual ou com idade superior a 80 anos, com algum tipo de dependência, que possuem relações familiares desgastadas, dificuldades financeiras, isolamento social, entre outros. (WHO, 2002).

A vulnerabilidade à violência a qual estes estão expostos e a importância de políticas

adequadas na prevenção e diminuição de casos futuros de maus-tratos precisam ser consideradas neste contexto, visto que a violência é um processo social-relacional complexo e diverso, ou seja, varia de acordo com as mudanças sócio-políticas devendo ser entendida na estruturação da própria sociedade e no contexto das relações interpessoais, institucionais e familiares. (Machado & Queiroz, 2006; Araújo & Lobo Filho, 2009, Araújo, Saraiva & Saraiva, 2009; Faleiros, 2004).

Minayo (2003) alerta que os idosos do sexo masculino, em especial, estariam mais expostos aos casos de violência nos espaços públicos, enquanto as idosas vivenciariam maior proporção de abuso e maus-tratos no domicílio. Embora prevalente na população idosa, a violência domiciliar configura-se muitas vezes como uma realidade silenciosa e subscrita por relações familiares de proximidade, afetividade e conflitos. Nessas relações o idoso frequentemente é desprivilegiado do seu poder de decisão e do seu papel social, familiar e enquanto sujeito de direitos e deveres (Alves, 2008).

Em revisão de literatura de estudos populacionais, Espíndola e Blay (2007) observaram que a prevalência de abuso verbal variou entre 1,1% a 26,8% e de abuso psicológico entre 29,6% a 47%. Já em relação ao abuso físico, a prevalência variou entre 1,2% a 16,5% e para abuso financeiro entre 1,4% a 8,5%.

No Brasil, os estudos que envolvem a violência contra a pessoa idosa se concentram em investigar a prevalência de maus-tratos em idosos não-institucionalizados e na validação de instrumentos para rastrear os casos de violência domiciliar. (Minayo, 2003; 2004; Paixão Jr., Reichenhein, Moraes, Coutinho & Veras, 2007). Apesar dos esforços, de acordo com O'Connor e Rowe (2005), uma lacuna existente nas investigações sobre violência contra os idosos é mensurar os significados que os idosos atribuem a respeito dos casos de violência e como, na opinião dessa população, poderiam ser encaminhadas as intervenções no contexto familiar, social e interpessoal com vista à prevenção, minimização e resolução dos casos apresentados.

Tendo em vista que os casos de abuso e maus-tratos são realizados prioritariamente por familiares e pessoas próximas, as intervenções constituem um desafio para os profissionais e para a rede de atenção aos idosos. De acordo com Sanches *et al.* (2008) muitas vezes os agressores constituem a única rede de suporte social e familiar do idoso, e além disso, as razões que levaram os familiares e cuidadores a realizar as agressões (físicas e

verbais) também precisariam ser investigadas. Em muitos casos, principalmente no contexto dos idosos com dependência, os familiares e cuidadores se sentem sobrecarregados com a tarefa de cuidar e não possuem auxílio de programas, serviços e profissionais para a provisão de cuidados. (Karsh, 2003).

Salienta-se que este estudo tem caráter qualitativo, e que são igualmente importantes os quantitativos que fazem parte de um processo dinâmico, situado na articulação do social e do psicológico, permitindo conhecer a formação do pensamento social de idosos participantes de grupos de convivências. Diante de tal problemática psicossocial e de saúde pública, o objetivo da presente artigo foi identificar e descrever os significados da violência e maus-tratos contra a pessoa idosa entre participantes dos grupos de convivências. Objetivou-se também identificar entre os idosos o conhecimento dos mesmos acerca do Estatuto do Idoso no tocante aos casos de violência e abandono na velhice.

Método

Tipo de estudo

O presente estudo trata de uma pesquisa que utiliza uma metodologia qualitativa, trabalhando com uma amostra não-probabilística de conveniência, tendo em vista o caráter psicossocial de seus objetos complexos e subjetivos, a velhice e os maus-tratos.

Locus da Investigação

O estudo foi realizado em centro de convivência mantido pela Prefeitura do município de São Paulo (SP), no Programa de Proteção Social Básica da Secretaria Municipal da Assistência Municipal de São Paulo (SMADS), objetivando fortalecer os laços comunitários, sociais e familiares dos idosos, e promover a cidadania e participação social do idoso. O núcleo de convivência pesquisado atendia 60 idosos da região de Ermelino Matarazzo, região leste de São Paulo.

Participantes

A amostra foi constituída por 06 idosos, de forma voluntária e anônima, de ambos os sexos (50% do sexo feminino e 50% do sexo masculino), com média de idade por volta de 67 anos. Todos os participantes eram independentes para realizar as atividades básicas e instrumentais de vida diária, com boa autopercepção de saúde. Em relação ao estado civil, três participantes eram viúvos (50%), dois eram solteiros (35%), e um divorciado (15%). Nenhum participante exercia atividade remunerada (15%) e quatro referiram ser aposentados (65%). A maioria dos idosos pesquisados residia com os filhos e parentes próximos, sendo que somente dois referiram residir só. O critério estabelecido para inserção desta pesquisa era frequentar as atividades comunitárias oferecidas pelo serviço e aceitar participar do presente estudo. É válido salientar que o número reduzido de idosos inerentes à presente investigação foi devido à pouca adesão e disponibilidade dos idosos para participarem da presente pesquisa. Muitos se recusaram a tratar sobre o assunto ou mencionaram que tinham pouco tempo disponível para participar, priorizando as atividades do centro de convivência.

Instrumentos

Utilizou-se um questionário com dados sócio-demográficos com intuito de caracterização dos atores sociais. Foi operacionalizada uma Entrevista Semi-Estruturada com quatro questões abertas que tinham como objetivo: levantar a compreensão que os participantes apresentavam sobre o que era violência e os seus significados; identificar a descrição de casos de violência no bairro onde os idosos residiam; o conhecimento das disposições presentes no Estatuto do Idoso e as formas de resolução aos casos de violência. As questões aplicadas foram: Para o senhor(a) o que é violência?; O(a) senhor(a) conhece algum caso de violência contra o idoso?; O(a) senhor(a) conhece o que o Estatuto do Idoso prevê para os casos de violência e abandono?; Na sua opinião, como poderíamos contribuir para o combate de casos de violência contra os idosos? Além das questões, os participantes foram questionados se já haviam sido atendidos por algum órgão do setor público para resolver casos de violência e se já haviam denunciado algum caso.

Procedimentos para coleta

-

Foi realizado um contato prévio com a Coordenação do Grupo de Convivência para Idosos, com o intuito de obter autorização para a realização da presente investigação. A instituição ofereceu apoio para a condução desse estudo, compondo um polo das pesquisas sobre violência conduzidas pelo primeiro autor. Respeitaram-se os aspectos éticos de pesquisa, valorizando a autonomia, o anonimato, ausência de danos e a livre escolha. Dessa forma, foi mantido contato com os idosos, para participação de forma voluntária e anônima. Os instrumentos foram aplicados em situação coletiva e respondidos de forma individual. Foi registrada recusa na participação da presente pesquisa. Naquela ocasião, os idosos assinavam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, em seguida, os instrumentos eram apresentados na ordem: primeiro, o questionário sociodemográfico era preenchido e, em seguida, a entrevista semi-estruturada. O tempo médio de aplicação dos instrumentos foi de 45 minutos para cada idoso.

Procedimentos para Análise de dados

No que se refere à análise dos dados das entrevistas semi-estruturadas, utilizou-se a análise de conteúdo temática de Bardin (2002), cujo objetivo é compreender o sentido das comunicações e suas significações explícitas e/ou ocultas. Seu procedimento visa ainda a obter a sistematização e descrição do conteúdo das mensagens, que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) e analisados quantitativamente por meio da análise das frequências e percentuais. A análise das unidades temáticas por meio desta técnica pressupõe o desenvolvimento das seguintes etapas operacionais: constituição do *corpus*; leitura flutuante; composição das unidades de análise; codificação e recortes; categorização e descrição das categorias. Após a leitura flutuante do *corpus* e a emergência das categorias empíricas, foram estas codificadas e validadas internamente por três pesquisadores-juizes que trabalham com esta técnica. Para preservar a identidade dos participantes, os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios. Rosa, Joana

e Margarida eram participantes do sexo feminino e Altemiro, Barnabé e Joaquim, do sexo masculino.

Resultados

Os dados revelam, no geral, que as construções sobre a violência contra a pessoa idosa foram embasadas nas relações intrafamiliares, nas quais os agressores são pessoas de confiança e possuem relação íntima com as vítimas (filhos, familiares próximos e genros ou noras) (Alves, 2008; Minayo, 2003; O'Connor e Rowe, 2005; Sanches *et al.*, 2008; Araújo & Lobo Filho, 2009, Araújo, Saraiva & Saraiva, 2009). O depoimento da idosa Rosa, abaixo, retrata um caso de maus-tratos em que a neta, enteada do seu filho, almeja despejá-la da casa que foi construída pelo próprio marido alguns anos atrás:

Rosa- É um mau trato ao idoso, eu estou sendo maltratada por uma enteada, filha do meu esposo, fiquei na casa que ele [o esposo] fez pra mim e ela quer me despejar. Isso é um mau-trato.

A situação narrada pela idosa indica situação de abuso financeiro e econômico, consistindo na intenção do uso indevido, impróprio e ilegal dos recursos financeiros e patrimoniais do idoso. A idosa residia sozinha, apresentava idade superior a 75 anos e era viúva, fatores que, segundo a literatura, tornam o idoso suscetível às situações de violência (Minayo *et al.*, 2003; Sanches *et al.*, 2008). Já os outros participantes referenciaram que as situações de violência envolveram a falta de respeito nos espaços públicos, transporte coletivo, bancos e na própria rua. A idosa Joana, nesta questão, além de citar a dimensão do respeito, também revela que a violência envolve os estereótipos, preconceitos e descaso em relação às pessoas idosas:

Joana- Se apossar do que é do idoso, tem tanta violência... Falta de respeito nos transportes públicos, achar que os idosos não são capazes, falta de atenção, carinho...

Altemiro- Quando eu morava na COHAB, o idoso saía pra tomar sol e a

moçada zoava com ele. Como ele não tinha forças pra se defender [não revidava], é uma coisa que a gente vê e não pode fazer nada.

Margarida- É falta de respeito, também o pessoal que fica roubando o idoso na porta dos bancos, também é violência.

Barnabé- É o mundo que nós estamos vivendo, o que só dá é violência

Joaquim- É o novo não respeitar o velho, o novo disfarça pra não dar lugar pro velho nos transportes públicos

Em relação aos casos de violência que já ouviram falar ou que conheceram, as dimensões que se destacaram foram falta de respeito nos transportes públicos e os casos de violência frequentemente noticiados pela mídia. Nos relatos sobre violência, as concepções de que os idosos são dependentes, frágeis e um incômodo para a sociedade apareceram em todos os depoimentos; destacando assim que a violência parece se subscrever em situações nas quais o idoso perde seu papel social e as possibilidades de participação no contexto da família, da comunidade e do universo em que vive. (Alves, 2008; Minayo, 2003; 1994; 2007; Araújo, Saraiva & Saraiva, 2009). Nesse contexto, a relação entre vítima e agressores pressupõe uma relação de desigualdade, prevalecendo o papel do agressor como pessoa que mantém e provém o poder.

Altemiro- O mesmo caso que estava contando. A molecada começa a não respeitar, você vê e não pode fazer nada.

Margarida- Vi na televisão aquele caso que derrubou a senhora de 82 anos na passarela, que além de roubar, chutaram e a empurraram na passarela. As duas damas de companhia daquele velhinho de 94 anos... Além desses casos que passaram na televisão, pessoalmente não vi nenhum

Joana- Às vezes dizem “piada”, “Mas esses velhos só querem ir no meu ônibus” [Diz o motorista]. Ai eu digo: “Meu filho, estava esperando por você!”. Não ia retrucar, me rebaixar, não ia tratar mal

Joaquim- Já vi muitos. Nos ônibus, trens, no transporte. O próprio motorista não respeita o idoso, não para nos pontos. Tomara que chegue um dia na minha idade!

O depoimento de Margarida retrata que as situações de violência são frequentemente mencionadas pela mídia, tornando públicas as situações que eram relegadas aos lares e ao universo familiar dos idosos. No entanto, outros pesquisados, como é o caso dos idosos Joaquim e Joana, destacam a violência nos espaços públicos e institucionais, como nos transportes coletivos. Joana, diante de ter sido maltratada pelo motorista, parece relevar a situação ao mencionar que estava esperando-o; posicionando-se.

É interessante destacar que nesses depoimentos somente a Rosa e a Joana relatam casos vivenciais de violência. Os demais idosos sempre apresentam os casos se referindo a situações em que conhecidos e ou vizinhos presenciaram e ou vivenciaram. Essa forma de comunicar a violência pode estar relacionada à falta de liberdade em tratar esses temas.

Quando questionados se possuíam conhecimentos a respeito dos direitos dos idosos nos casos de violência, somente dois participantes afirmaram possuir conhecimentos em relação às penalidades legais previstas no Estatuto do Idoso.

Rosa- Conheço. Eu já fui na delegacia do idoso. Foi bom, meu filho estava ruim da cabeça e me maltratava. Ele foi chamado e foi retratado, nunca mais me maltratou. Quero ir de novo pela ameaça de despejo [feita pela enteada]. Meu filho não quer que eu vá, ele foi repreendido.

Joana- Conheço. É crime. Os filhos são obrigados a cuidarem dos pais.

Joaquim- Ficou idoso não tem vez... As leis não são cumpridas. Está cheio de asilos, se o pai tiver alguma coisa...

Rosa relata que já utilizou das disposições legais do Estatuto para uma situação de maltrato que envolveu o filho e pensa, diante da situação de desrespeito da enteada, em fazer

uma nova denúncia. Aparentemente, após a denúncia, houve um reposicionamento do filho em relação aos comportamentos que apresentava em relação à mãe. Contudo, é importante destacar que a idosa não residia no mesmo domicílio, fato que pode ter favorecido a tomada de decisão em fazer a denúncia. Em muitas situações, como destaca Alves (2008), os agressores e as pessoas responsáveis pelos maus-tratos por residir no mesmo domicílio, utilizam-se da proximidade para coagir e ameaçar a pessoa idosa; minimizando as possibilidades de denúncia e motivação do idoso em procurar ajuda.

Joaquim, por sua vez, questiona o papel das leis e o cumprimento delas para efetivar os direitos dos idosos; mencionando que o abandono dos idosos nos asilos é um fato que pode ocorrer, fenômeno que é mediado pela situação econômica do idoso e pelo interesse dos familiares próximos em usufruir das finanças do idoso. Ressalta-se, porém, que a institucionalização do idoso não significa em si um caso de violência, mas sim as situações de abandono e negligência que predispõem o idoso à institucionalização. (Cortelletti, Casara & Herédia, 2010).

Já em relação à opinião dos participantes sobre o combate e intervenções em relação aos casos de violência contra os idosos, houve referência de medidas preventivas e destaque para a necessidade de denúncias de maus-tratos e violência contra idosos, mesmo que tal fato tenha sido desencadeado no âmbito familiar, uma vez que o Estatuto do Idoso preconiza sanções penais. Contudo, é importante ressaltar que existem poucas iniciativas para a notificação efetiva dos casos de violência contra as pessoas idosas.

Em um serviço de referência para o atendimento de casos de violência no município de São Luís, Maranhão; Alves (2008) coletou informações de 2.100 ocorrências de violência, envolvendo pessoas idosas entre agosto de 2005 a agosto de 2007, encontrando-se uma média de 15 denúncias por dia. As projeções apresentadas pela autora re-afirmam a importância desse tipo de serviço para acessar e notificar os casos, encontrando-se que 63% das vítimas eram do sexo feminino e as queixas envolviam membros próximos da família, como filhos e netos.

Altemiro- Seria assim, sempre perto da polícia. Aqui tem a 3ª idade [centro de convivência], a polícia é logo ali. Deixar a polícia sempre próxima dos asilos.

Margarida- *Eu acho que, porque se eu for falar, até mesmo porque como ignorância, a pessoa que fez algo com você tem que pagar pelo que fez, sofrer na pele. A prisão não adianta, entra e daqui um tempo já está fora de novo, é uma injustiça!*

Rosa- *Não sei. Um dia essa filha [enteada] foi lá em casa e começou a chutar as coisas, chamei a polícia e ela ficou quieta. Agora, o que fazer para melhorar, não sei...*

Joana- *O idoso procurando se informar, as leis estão aí, desde que eles não estejam acamados é possível se informar.*

Barnabé- *Não tenho o que dizer, não adianta. A lei não diz muito, tem lugar que você vai procurar e não é atendido.*

Joaquim- *Não vai acabar, a violência contra o idoso está no próprio congresso. A prova é a briga para aumentar em 15 reais a aposentadoria. As leis só funcionam para os ricos no Brasil.*

Se por um lado a informação e a presença de serviços podem auxiliar nas intervenções aos casos de violência envolvendo a pessoa idosa, os idosos entrevistados Barnabé e Joaquim referiram que as intervenções direcionadas aos casos de violência são pouco efetivas. A pouca efetividade seria subsidiada por serviços pouco empenhados em dar resolução aos casos denunciados e a presença de instâncias político-governamentais descompromissadas com o bem-estar do idoso. No último caso, seria necessário reconhecer o idoso como um sujeito de direitos e deveres para a formulação de políticas públicas e de assistência, visualizando as necessidades dessa população.

Considerações Finais

A violência contra a pessoa idosa representa um desafio ao setor público, aos serviços de saúde e aos profissionais que atuam na área do envelhecimento. A relação de proximidade e conflitos que envolvem os idosos e os agressores é um dos elementos que precisam ser examinados com atenção. A família, embora seja responsável por grande parte dos casos de violência contra os idosos, precisa muitas vezes de suporte e da escuta profissional, buscando compreender o contexto que envolve as situações de conflitos.

Ressalte-se que os casos de violência aqui apresentados e discutidos foram obtidos por idosos independentes e que apresentam participação comunitária e contatos sociais ativos. Em estudos com idosos institucionalizados e ou que tiveram seus direitos violados e vínculos familiares rompidos, os casos de violência aumentam de forma qualitativa e quantitativa, incluindo situações de maus-tratos, abandono e negligência. (Cortelletti *et al.*, 2010). O centro de convivência, nesse contexto, é um espaço destinado ao fortalecimento das relações sócio-familiares e comunitárias dos idosos, o que pode ter favorecido a inclusão de pesquisados com pouca vivência em casos de maus-tratos. Em estudos desenvolvidos na comunidade a prevalência de violência varia conforme o tipo de abuso (psicológico, financeiro e verbal), sendo o mais prevalente o verbal, chegando até cerca de 26% dos idosos pesquisados. (Espíndola & Blay, 2007).

Por outro lado, o tema do estudo pode ter gerado um viés de participação: participaram desta pesquisa idosos que apresentavam maior abertura para tratar do assunto, e menores demandas emocionais associadas aos casos de violência. A idosa Rosa, embora tenha vivido maus-tratos em seu domicílio, referiu ter conseguido dar resolução ao caso e ter gerenciado a situação de modo que a família se adaptasse, dando espaço para que o filho avaliasse melhor a sua posição em relação à mãe. Os demais idosos se limitaram a discutir e apresentar dados de violência ocorridas na mídia, na vizinhança e na sociedade, o que desloca os discursos para uma realidade pouco vivencial.

Ressalta-se que mais estudos devem ser conduzidos com populações heterogêneas e de diferentes realidades sócio-econômicas, culturais e de saúde. Pesquisas multicêntricas podem contribuir para conhecer melhor o fenômeno da violência e maus-tratos, realidade silenciosa, incômoda e pouco discutida na realidade brasileira. (Minayo *et al.*, 2003).

Com base nos depoimentos apresentados, acredita-se que os idosos necessitam de

serviços e de profissionais empenhados que possam lhes transmitir informações, apoio e suporte emocional. Como a violência pressupõe uma situação de desigualdade e perda do papel social e familiar do idoso, é necessário traçar estratégias para que a pessoa idosa possa re-estabelecer a sua situação como sujeito atuante na família, nos locais que vivem e na comunidade. Romper o medo, a intolerância e os laços de dependência física, emocional e financeira são questões que precisam ser trabalhadas com o objetivo de minimizar as situações de sofrimento, prejuízo e danos. Em muitos casos, pela falta de acesso da população aos serviços de notificação e encaminhamento, as situações de violência permanecem restritas aos domicílios; exigindo dos profissionais e dos gestores públicos a criação de programas e redes efetivas de apoio. (Minayo, 2003).

Nesse contexto, as intervenções no contexto da violência contra a pessoa idosa exigem esforços do idoso, da família, do poder público e da comunidade; assegurando a autonomia e a capacidade de decisão do idoso como elemento fundamental nesse processo. (Alves, 2008; Minayo, 2003).

Sugerem-se ainda novas pesquisas que possam avaliar o conhecimento psicossocial elaborado acerca da Violência e Maus-Tratos contra o Idoso, tendo como participantes os próprios atores sociais (agentes e vítimas de violência) e gestores públicos e do terceiro setor envolvidos com as questões psicogerontológicas.

Sabe-se que ainda se fazem necessários mecanismos que incentivem cada vez mais as denúncias de violência contra idosos, instrumentos como Disque Idoso, Delegacias e Promotorias da Defesa da Pessoa Idosa e outros para incentivar as notificações oficiais de maus-tratos e que ofereça apoio psicossocial aos idosos violentados. Desse modo, ganha evidência um fenômeno antigo que tem cada vez mais prejudicado a integridade biopsicossocial do idoso, incentivando a formulação de políticas públicas de prevenção aos casos de maus-tratos.

Referências

Alves, C.M.L. (2008). Rompendo o silêncio: uma breve análise sobre a violência familiar contra idosos em São Luís, Maranhão. *Revista Kairós Gerontologia*, 11(2): 81-94. São Paulo: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP.

- Araújo, L.F. & Lobo Filho, J.G. (2009). Análise psicossocial da violência contra idosos. *Psicologia Reflexão Crítica*, 22(1): 153-60.
- Araújo, L.F.; Saraiva, S.A. & Saraiva, E.R.A. (2009). Maus-tratos na velhice: estudo comparativo entre universitários de psicologia e idosos de instituições de longa permanência. In: Araújo, L.F.; Carvalho, C.M.R.G. & Carvalho, V.A.M.L. (Orgs.). *As Diversidades do Envelhecer: Uma Abordagem Multidisciplinar*: 131-40. Curitiba, PR: Editora CRV.
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Cortelletti, I.A.; Casara, M.B. & Herédia, V.B.M. (2010). *Idoso asilado: um estudo gerontológico*. 2ª edição. Caxias do Sul, RS: EDIPUCRS.
- Espíndola, C.R. & Blay, S.L. (2007). Prevalência de maus-tratos na terceira idade: revisão sistemática. *Revista de Saúde Pública*, 41(2): 301-6.
- Faleiros, V.P. (2004). A violência na velhice. *O social em questão* 8(11): 07-30.
- Gondim, R.M.F. & Costa, L.M. (2006). Violência contra o Idoso. In: Falcão, D.V.S. & Dias, C.M.S.B. (Orgs.). *Maturidade e Velhice: pesquisa e intervenções psicológicas*, 1: 169-91. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Karsh, U. (2003). Idosos dependentes: famílias e cuidadores. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(3): 861-6.
- Kleinschmidt, K.C. (1997). Elder abuse: A review. *Annals of Emergency Medicine*, 30: 463-72.
- Machado, L. & Queiroz, Z.V. (2006). Negligência e maus-tratos. In: Freitas, E.V.; Py, L.; Cançado, F.A.X.; Gorzoni, M.L. & Doll, J. (Eds.). *Tratado de geriatria e gerontologia*: 1152-9. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan.
- Menezes, M.P. (1999). *Da violência revelada à violência doméstica silenciada: Um estudo etnográfico sobre a violência contra idoso*. Tese de Doutorado não-publicada. Ribeirão Preto, SP: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo.
- Minayo, M.C.S. (1994). Violência social sob a perspectiva saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(Sup.1): 7-18.
- Minayo, M.C.S. (2003). Violência contra idosos: relevância para um velho problema. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(3): 783-91.
- Minayo, M.C.S. (2004). *Violência contra idosos: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- Minayo, M.C.S. (2007). A inclusão da violência na agenda da saúde: Trajetória histórica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(Sup.1): 1259-67.
- O'Connor, K.A. & Rowe, J. (2005). Elder Abuse. *Reviews in Clinical Gerontology*, 15: 47-54.
- Paixão Jr., C.M.; Reichenhein, M.E.; Moraes, C.L.; Coutinho, E.S.F. & Veras, R.P. (2007). Adaptação transcultural para o Brasil do instrumento Caregiver Abuse Screen (CASE) para detecção de cuidadores contra idosos. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(9): 2013-22.
- Sanches, A.P.R.A.; Lebrão, M.L. & Duarte, Y.A.O. (2008). Violência contra idosos: uma questão nova? *Saúde e Sociedade*, 17(3): 90-100.

Simmons, L.W. *The Role of the Aged in Primitive Society*. New Heaven: Yale University Press, 1945.

WHO – World Health Organization. *The Toronto declaration on the global prevention of elder abuse*. Gêneva, WHO, 2002.

Recebido em 10/05/2011

Aceito em 29/0/2011

Ludgleydson Fernandes Araújo - Psicólogo, Doutorando em Psicologia da Saúde pela Universidade de Granada, Espanha, Mestre em Psicologia Social, Especialista em Gerontologia pela UFPB, Professor Assistente III do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Piauí – UFPI (Campus Ministro Reis Velloso – Parnaíba/PI).

E-mail: ludgleydson@yahoo.com.br

Henrique Salmazo da Silva - Gerontólogo, Bacharel em Gerontologia pela Universidade de São Paulo – Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP). Mestrando em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP).

E-mail: henriquesalmazo@yahoo.com.br